ARTIGO

REPRESENTAÇÕES MEDIÁTICAS DAS DEPUTADAS PORTUGUESAS:
o “caso” do Parlamento Paritário

ANA CABRERA
Universidade Nova de Lisboa
CARLA MARTINS
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias em Lisboa
TERESA MENDES FLORES
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias em Lisboa

RESUMO O presente artigo inscreve-se num projeto de investigação mais vasto, intitulado “Política no feminino - políticas de gênero e estratégias de visibilidade das deputadas parlamentares”, e tem como objeto de estudo as representações das deputadas parlamentares no discurso jornalístico e fotojornalístico após a Revolução democrática Portuguesa de 25 de Abril de 1974. Apresentam-se, aqui, algumas conclusões da análise empírica da cobertura jornalística do “Parlamento Paritário”, um pseudoevento que teve lugar entre 31 de Janeiro e 1º de Fevereiro de 1994, na Assembleia da República, organizado com o objetivo de trazer para a agenda dos media a problemática da desigualdade de gênero no campo político.
Palavras-chave: Gênero. Política. Análise Discursiva de Texto e Imagem.

INTRODUÇÃO

O presente artigo inscreve-se num projeto de investigação mais vasto, intitulado “Política no feminino - políticas de gênero e estratégias de visibilidade das deputadas parlamentares”[1], e tem como objeto de estudo as representações das deputadas parlamentares no discurso jornalístico, bem como das suas estratégias de visibilidade mediática, em três ciclos da vida política portuguesa: no período subsequente à Revolução democrática de 1974 (o designado Processo Revolucionário em Curso de 1976); ao longo dos três Governos sociais-democratas liderados por Aníbal Cavaco Silva (1985-95); durante os dois Governos socialistas de António Guterres (1995-2002). No decurso da investigação, considerou-se relevante incluir, como *case studies*, a análise o V Governo Constitucional, o único em Portugal a ser conduzido por uma mulher, Maria de Lourdes Pintasilgo (1979), bem como o Governo do “Bloco Central”, que resultou de uma aliança entre os socialistas e os sociais-democratas (1983-85).

Apresentam-se, aqui, algumas conclusões da análise empírica da

cobertura jornalística do "Parlamento Paritário", um pseudoevento que teve lugar entre 31 de Janeiro e 1 de Fevereiro de 1994, na Assembleia da República, organizado com o objetivo de trazer para a agenda dos *media* a problemática da desigualdade de gênero no campo político. Tratou-se de uma iniciativa das eurodeputadas Maria Belo (Partido Socialista), Margarida Salema (Partido Social-Democrata) e Maria Santos (Partido Ecologista "Os Verdes"), que tinha a particularidade de serem as mulheres a convidar um político como seu parceiro, experienciando-se por dois dias a perfeita paridade de homens e de mulheres na casa da democracia.

Na esteira da Revolução de 25 de Abril de 1974 – que pôs fim a um regime autoritário de quase meio século –, o tema da "*participação das mulheres na vida sindical, autarquias locais e centros de decisão política*" (Boletim da Comissão da Condição Feminina, 1975) foi considerado prioritário pela recém-criada Comissão da Condição Feminina. A Constituição da República Portuguesa de 1976 veio a consagrar a igualdade de gênero, estipulando o artigo 13.º da redação original que ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão do sexo.

Dez anos mais tarde, a mesma Comissão para a Igualdade diagnostica, num estudo sobre os aspectos legislativos e a discriminação contra as mulheres, que em Portugal "*a legislação é efetivamente avançada no que respeita à questão da igualdade [...] mas foi, no entanto, referida a distância que vai da lei à prática e a necessidade de uma profunda mudança de mentalidades relativamente à mulher e ao seu papel na sociedade*" (Notícias da Comissão da Condição Feminina, 1986, p. 13).

A organização do Parlamento Paritário, em 1994, antecipa a importância que a questão da igualdade de gênero na esfera política adquiriu a partir da segunda metade da década. Com efeito, a identificação desta sub-representação das mulheres ganhou entre nós contornos de problema político a demandar soluções, sobretudo a partir dos anos 90, perante o contraste entre os progressos conquistados pelas mulheres nas mais diversas áreas sociais e a sua ausência nas instituições formais do poder. Por outro lado, o tema dos direitos políticos das mulheres ganhava renovada força a nível internacional – em 1995 foram aprovadas a Declaração e a Plataforma de Ação de Pequim[2] –, influenciando as agendas nacionais. Se cabe destacar o caráter progressivo da Constituição de 1976, a revisão constitucional de 1997 abriu caminho à adoção de mecanismos de discriminação positiva, reconhecida a persistência do *gender gap* no campo político duas décadas depois da revolução democrática.

Na primeira parte do artigo, enquadram-se a representatividade das mulheres na Assembleia da República e o respectivo perfil sociográfico das titulares de mandatos parlamentares, a que se segue, numa segunda parte, a apresentação dos resultados da análise discursiva da cobertura jornalística deste evento por três jornais diários, *Público*, *Diário de Notícias* e *Correio da Manhã*, e dois semanários, o *Expresso* e o *Independente*, nas vertentes de texto e de imagem.

Um recorte de gênero do Parlamento entre 1991-1995

O período entre 1991 e 1995 corresponde à 6.ª legislatura, durante a qual é notória a desproporção entre a representação masculina e a feminina na Assembleia da República[3]. Entre todos os titulares de mandatos de deputados (313), 37 são mulheres[4] (Fig. 1).
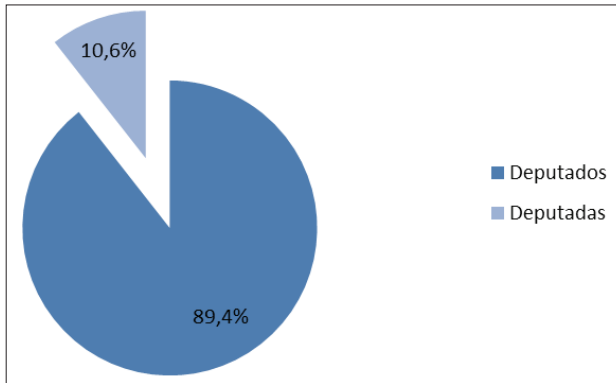
Figura 1. Representação de gênero dos titulares de mandatos de deputados na 6.ª Legislatura (1991-1995)
N = 350 titulares de mandatos de deputados (313 titulares masculinos e 37 titulares femininas)

Na 6.ª Legislatura, o Partido Social-Democrata era aquele que tinha maior representatividade parlamentar, seguido do Partido Socialista, as duas forças políticas que, em Portugal, vão alternando no poder. O CDS (democratas-cristãos), o Partido Comunista Português e o Partido Ecologista "Os Verdes" constituíam partidos políticos com menor expressão parlamentar. A maior representatividade parlamentar tem reflexos no maior número de deputadas eleitas pelos partidos de maiores dimensões que, em conjunto, concentraram mais de 80% das titulares de mandatos parlamentares no período em análise (Fig. 2).
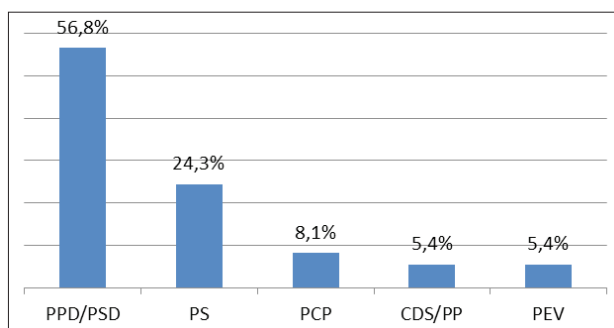
Figura 2. Distribuição das titulares de mandatos de deputadas por partido político na 6.ª Legislatura (1991-1995)
N = 37 titulares de mandatos de deputadas (21 do PPD/PSD; 9 do PS; 3 do PCP; 2 do CDS/PP; 2 do PEV)

Numa análise comparativa, observa-se que a distribuição de gênero dos titulares de mandatos de deputados por cada força política replica os valores gerais dessa distribuição, perfazendo uma proporção de 90% de deputados face a 10% de deputadas. A exceção é o pequeno partido "Os Verdes", com uma distribuição absolutamente paritária de deputados e deputadas (Fig. 3).

Partido político	Deputados		Deputadas		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
CDS/PP	18	90	2	10	20	100,0
PCP	27	90	3	10	30	100,0
PEV	2	50	2	50	4	100,0
PPD/PSD	176	89,3	21	10,7	197	100,0
PS	89	90,8	9	9,2	98	100,0
PSN	1	100	-	-	1	100,0
Total	313	89,43	37	10,57	350	100

Figura 3. Distribuição dos titulares de mandatos de deputados por partido político na 6.ª Legislatura (1991-1995)
N = 350 titulares de mandatos de deputados (313 titulares masculinos e 37 titulares femininas)

Na 6.ª Legislatura, 70% das deputadas tinham estudos universitários, 11% registavam frequência universitária e 16% tinham completado o ensino secundário (Fig. 4). Assim, em 1994 temos um Parlamento com um reduzido número de deputadas com um elevado nível de escolaridade, provenientes das profissões socialmente mais exigentes em termos de qualificações e liderança, o que, nem por isso, se traduziu num aumento de protagonismo no seio dos partidos.
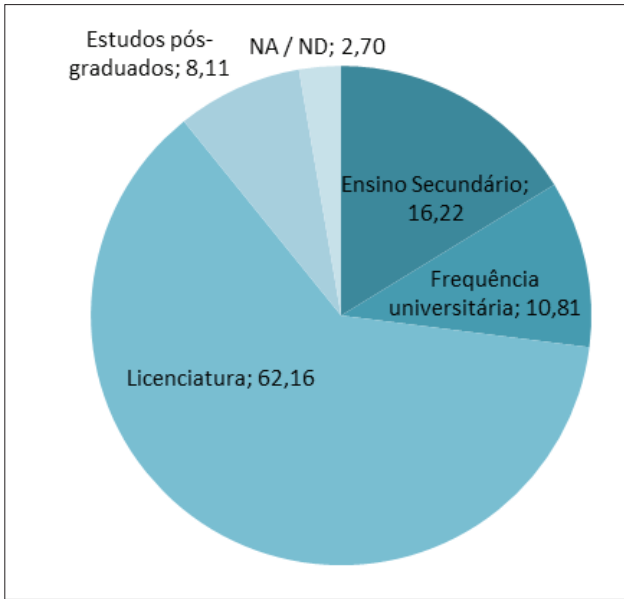
Figura 4. Habilitação literária das titulares de mandatos de deputadas na 6.ª Legislatura, por grupo parlamentar (1991-1995)
N = 37 titulares de mandatos de deputadas (6 com Ensino Secundário; 4 com Frequência Universitária; 23 com Licenciatura; 3 com Estudos Pós-Graduados; 1 NA/ND)

Análise da representação das deputadas nos textos e imagens jornalísticas

A imprensa deu cobertura ao assunto inédito em Portugal. A cobertura jornalística do "Parlamento Paritário" estendeu-se por um período mais alargado do que os próprios dias do acontecimento. Assim, para análise da cobertura jornalística, consideramos não só os dias 31 de Janeiro e 1 de Fevereiro de 1994, mas também o período de um mês antes e um mês depois da iniciativa, para que se pudesse analisar como, quando e com que enquadramento surge o assunto na imprensa e quando deixa de se falar do assunto (Fig. 5).

Durante o período analisado, foi relativamente morna a intensidade da cobertura jornalística: nos cinco jornais analisados, temos um total de 18 peças jornalísticas, concentrando-se a maioria nos dois dias do acontecimento (31 de janeiro e 1 de fevereiro) e no dia seguinte (2 de fevereiro) (Fig. 5). Dias em que os três jornais diários fizeram uma primeira página cada um com direito a fotografia. Mas é um assunto tratado principalmente nas páginas interiores. As últimas peças com fotografias são do dia 6 de fevereiro, 5 dias após o evento. Das 18 peças, 15 mereceram destaque fotográfico, com o total de 26 fotos.
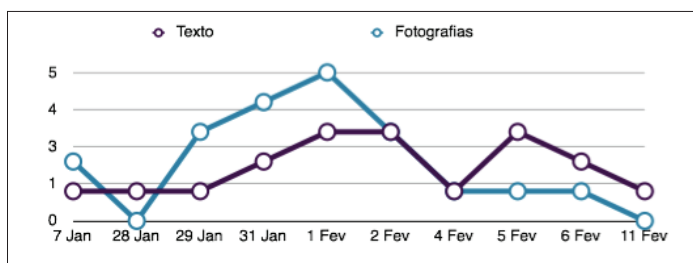
Figura 5. Ciclo de atenção mediática do Parlamento Paritário, segundo o total de peças jornalísticas e fotografias por dia, considerados globalmente todos os jornais do corpus

Na área de estudos dos efeitos dos *media*, o conceito de enquadramento não se afirma ainda com um consistente modelo teórico (SCHEUFELE, 1999). Para Entman (1993) existe uma conceitualização dispersa em torno do trabalho de enquadramento, no entanto, são muitas as evidências deste trabalho ideológico no campo jornalístico que é necessário descodificar. Os dados recolhidos nesta investigação, relativamente aos textos e às fotografias, tornam este processo evidente.

Assim, no que se refere à análise textual, identificamos oito palavras ou expressões que resumiam o tom da peça: cínico, irônico, coluna social, intriga política, tolerância, apologético e neutro[5]. Na verdade, oito das 18 peças analisadas apresentam um enquadramento neutro. A Figura 6 mostra que, no período em estudo, duas peças tiveram um enquadramento cínico; outras duas irônicas; outra tratou o assunto segundo um enquadramento de coluna social; uma peça optou pela tônica de intriga política; e outras duas apresentaram enquadramentos de tolerância e de desilusão.

Enquadramento	**Nº**	**%**
Cínico	2	12,50%
Irônico	2	12,50%
Coluna Social	1	6,25%
Intriga política	1	6,25%
Tolerância	1	6,25%
Desilusão	1	6,25%
Neutro	8	50%
Total	16	100%

Figura 6. Enquadramento Dominante
N = 18 – Existem duas peças que não se codificam quanto aos enquadramentos: artigos de opinião e Crônicas

Em contrapartida, a abordagem fotojornalística foi, sobretudo, orientada segundo os critérios da coluna social típicos das revistas "Cor de Rosa", o que pode ser interpretado como uma forma de desvalorizar o assunto e remetê-lo para os estereótipos da representação dominante do feminino.

Os jornais que mais destaque fotográfico deram ao acontecimento foram o jornal diário *Público*, com 3 peças e 9 fotografias, e o semanário *Independente*, com 4 peças e 7 fotografias. O jornal *Expresso*, o principal semanário de referência português, não deu relevância ao evento, tendo publicado apenas uma notícia e uma fotografia, no primeiro sábado após o acontecimento.

A quase ausência deste assunto no *Expresso* deve-se, provavelmente, ao enquadramento pouco sério que o assunto obteve na imprensa e junto das principais fontes jornalísticas parlamentares. O assunto foi desvalorizado pelos deputados e fontes institucionais habituais dos jornalistas no parlamento.

As deputadas obtiveram o apoio do Presidente da Assembleia da República, Barbosa de Melo, que disponibilizara a sala principal do Parlamento. Mas, os principais líderes das bancadas parlamentares opuseram-se alegando que se tratava de uma reunião onde a maioria dos participantes não seriam deputados eleitos naquela legislatura. Foi assim, atribuído um palco secundário para este evento: uma sala geralmente usada como sala de apoio, mas onde nunca têm lugar as sessões normais e "reais". Esta mudança de palco contribuiu para a desvalorização do acontecimento tanto em termos políticos como mediáticos.

As deputadas que promoveram o evento obtiveram igualmente o apoio de Mário Soares, o histórico socialista que era na época Presidente da República. No entanto, a maioria parlamentar do PSD voltou a contestar, alegando que o Presidente só pode vir à Assembleia da República para se dirigir aos deputados oficialmente e não a deputados "de faz de conta".

Isto significa que a imprensa seguiu o enquadramento do grupo maioritário no poder. O que é válido tanto para o texto como para a imagem. Vejamos o percurso desta "narrativa" da "brincadeira" e como esta dominou a abordagem textual e fotojornalística.

O percurso da narrativa "cor de rosa" no texto e na imagem

A análise deste caso sugere que o modo como o assunto é lançado no espaço público determina toda a cobertura jornalística subsequente, especialmente no caso dos pseudoacontecimentos. Vamos, por isso, analisar a peça jornalística que lançou o assunto e que coube ao *O Independente*, um mês antes. Em seguida apresentamos alguns

exemplos do tratamento jornalístico que evidenciam este contágio.

Aquele semanário, de tendência conservadora, era conhecido na altura pelo seu estilo metafórico e corrosivo, o que é demonstrado pelo tom dominante identificado no nosso estudo - a ironia. Este jornal foi importante no empoderamento dos fotojornalistas no contexto das redações, defendendo uma visão autoral do fotógrafo e privilegiando os gêneros da fotorreportagem e do ensaio-fotográfico, o que teve como consequência o uso conotativo da fotografia, tendendo a reforçar, na maioria dos casos, a significação implícita no texto.

No caso da primeira peça, publicada a 7 de Janeiro de 1994, o título "O menino dança?" estabelece imediatamente o tom geral: uma iniciativa pouco séria e de entretenimento. O "mote" utilizado foi o fato de cada deputada convidar um deputado, o que imediatamente levou a jornalista Rosa Amaral a invocar a imagem de um baile e todos os seus estereótipos associados ao universo amoroso: a sedução, a aparência, o jogo cortês entre pares, com "tampas", amores não correspondidos, mexericos, desejos de receber convites etc. Apesar da jornalista salientar a inversão de papéis - "Uma espécie de baile de finalistas. Só que quem manda são as mulheres", escreve no *lead* - os estereótipos permanecem, contribuindo para uma imagem pouco credível das deputadas e do acontecimento. Este título e o *lead* fixam também o sentido de leitura das fotografias. Ao relacioná-los com as imagens que identificam duas das deputadas organizadoras do evento (Fig. 7), elas transformam-se, instantaneamente, nas autoras do convite, o que implica que o/a espectador/a seja masculino (MULVEY, 1989).
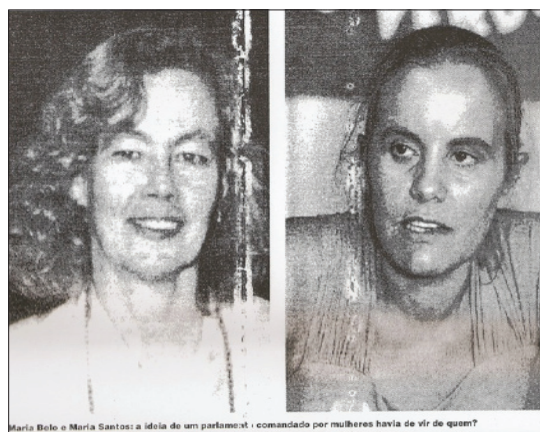
Figura 7. Maria Belo e Maria Santos: Independente (7 jan. 1994)
Fotos do artigo "O menino dança?"

Estas fotografias enquadram as deputadas num plano aproximado, expressando proximidade com o espectador. Uma delas sorri, estabelecendo uma relação direta e íntima. Ambas as fotografias são do arquivo do jornal e estão aqui sendo usadas fora do seu contexto original, no entanto, a sua utilização reforça a ideia de que o convite é real. Aplicando as categorias de Kress e van Leeuwen estamos, no caso da imagem da deputada sorridente, perante uma "imagem-pedido" que não deixa dúvidas de que o espectador é o interlocutor de quem se espera algo. Por outro lado, não aparecendo em ação, torna-se uma imagem conceitual e não narrativa (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006), pretendendo mostrar uma essência. A fotografia da direita embora represente a deputada em plena ação discursiva, ao excluir intencionalmente o contexto desta intervenção, transforma o que poderia ser uma imagem centrada na ação em mais uma imagem conceitual, que a exclui a e reduz a um elemento "estático", a uma "imagem-oferta" (aquela que exclui o espectador).

Se ainda considerarmos a legenda - "Maria Belo e Maria Santos: a ideia de um parlamento comandado por mulheres havia de vir de quem?" - onde, com certa ironia, as deputadas são remetidas para a categoria das "más raparigas" já que, apenas estas, se atrevem a lançar convites aos homens, a transformação do sentido das fotografias é evidente. Embora num tom jocoso, de uma certa familiaridade benevolente (é original ser "má rapariga") o estereótipo não deixa de estar presente. Assim, estas fotos aparentemente com a única função de identificar as protagonistas da ação, acabam por ser suporte de uma narrativa de transgressão que, de várias formas, vai marcando toda a cobertura jornalística.

O *Público* é dos jornais o que mais destaque e desenvolvimento dá a este acontecimento. Não pelo número de peças inteiramente dedicadas ao Parlamento Paritário, mas pela quantidade de textos que se referem à condição feminina, à desigualdade de oportunidades e apresentam estatísticas europeias sobre estas matérias. Contudo, neste jornal as categorias "cinismo" e "tolerância" são os enquadramentos mais relevantes. Relatam-se os trabalhos das deputadas, mas não se deixa de referir "Ainda resta tempo para uma escovadela ao cabelo e umas pinceladas de blush para disfarçar as olheiras, mal alguém avisa que o fotógrafo já está lá fora à espera" (PÚBLICO, 31 jan. 1994, p. 2). Um outro comentário externo à Assembleia, tanto quanto parece na peça, é assim relatado: "Ó otário, vais ao paritário?" Gozava há dias um grupinho de 'multicolores', nas escadarias da Assembleia" (PÚBLICO, 31 jan. 1994, p. 2). Não se sabe muito bem a que "multicolores" se refere o autor da peça, mas deixa claramente a ideia de que esta iniciativa foi tolerada, mas

não foi levada a sério. É também no jornal *Público* que se encontra um enquadramento de desilusão face ao acontecimento. A jornalista Áurea Sampaio manifesta no *lead* desapontamento face ao Parlamento Paritário: "Elas queriam ser diferentes, mas foram-no só na ideia original. De resto, foi uma sessão como tantas outras na Assembleia. Muitos discursos, homenagens várias, citações abundantes, sonolência a condizer. Foi o Parlamento Paritário que começou ontem" (PÚBLICO, 1 fev. 1994, p. 4).

Já o *Correio da Manhã* refere-se nestes termos ao acontecimento: "Um dos atrativos deste encontro, para além do debate de questões como a democracia paritária e a cidadania, segundo as organizadoras, seria ver quem seriam os convidados masculinos e a expectativa foi amplamente cumprida." [...] "Sabe-se já que Maria Belo vai levar Almeida Santos e Maria de Lurdes Pintassilgo convidou Vítor Constâncio [...]". O enquadramento dominante é de crônica social e o assunto passa a ser tratado como um *fait-divers*. (CORREIO DA MANHÃ, 31 jan. 1994, p. 26). Este enquadramento de coluna social desvaloriza nitidamente o acontecimento e transporta-o para o lugar de um encontro social de amigos mais ou menos estimáveis e secundariza o assunto em debate.

Nenhum artigo desenvolve as matérias em debate, a carta da cidadania e a carta da democracia paritária, onde se lançou o debate das quotas, e poucos jornais destacam os discursos efetuados durante os dois dias de trabalhos. Surpreendentemente, as fotografias mostram deputados e deputadas a desfilar como se estivessem numa passarela (Fig. 8) para receberem a documentação da creditação (Fig. 8) e para assistirem ao evento (Fig. 9). Todo o evento ficou fotograficamente fora de campo.

Figura 8. Maria Belo entrega documentação a Jorge Sampaio; Maria de Lurdes Pintassilgo com Alberto Martins: Público (1 fev. 1994)

O *Expresso*, na sua única peça, não deixa de sublinhar a divisão que a iniciativa provocou entre as mulheres e dá voz a mulheres que não são deputadas e que ocupam diversas funções no mundo do trabalho: empresárias, atrizes, sociólogas, entre outras. Porém, todas elas desvalorizaram a iniciativa vulgarizando-a e tornando-a desnecessária (EXPRESSO, 5 fev. 1994). A mesma divisão de opiniões surge indicada na legenda da única fotografia do *Expresso* que mostra em primeiro plano as deputadas Edite Estrela e Helena Roseta, não identificadas na legenda, sorridentes e em conversa informal com outra mulher que surge cortada pelo enquadramento. Mais uma vez são os momentos de pausa e descontração que surgem no foco da atenção.

Figura 9. Deputados assistem aos trabalhos (fora de campo)
Correio da Manhã (1 fev. 1994)

Os atores principais e secundários

Os indivíduos que constituem as organizações sociais e políticas têm interesses distintos e simultaneamente interesse e capacidade de agir autonomamente e de interatuar com o campo dos *media* (COOK; WHITMEYER, 1992). Segundo Benjamin I. Page (1996, p. 20) “o conceito de ator político aplicado aos meios de comunicação, implica uma ação observável que é intencional”.

Nesse sentido, identificamos o ator segundo a ação em que está envolvido, ou porque é protagonista ou porque a sua opinião emerge no texto jornalístico pela afirmação da divergência. A nossa intenção na análise dos atores principais e secundários, e considerando a questão de representação de gênero no parlamento, é compreender em que medida a imprensa valorizou as vozes femininas, dado tratar-se de uma iniciativa das deputadas parlamentares, em detrimento das vozes masculinas, ou seja, interessa-nos saber quem fala e de quem se fala. Quanto às fotografias, coloca-se a mesma questão, desta vez referente a quem aparece ou não e

como aparece (em ação, como personagem principal ou secundária).

Atores/Peças	Homens	Mulheres	Total
Ator Principal	21	38	59
Ator Secundário	124	89	213
Total	145	127	272

Figura 10. Total de Atores nas peças jornalísticas

Como mostra a Fig. 10, como ator principal temos 38 deputadas e 21 deputados. No entanto, em relação aos atores secundários a situação inverte-se, de 124 deputados para 89 deputadas. Mas quando analisamos o somatório dos atores principais e secundários (Fig. 10), nota-se que há um total de 145 deputados para 127 deputadas. Ou seja, embora as deputadas neste acontecimento sejam as principais protagonistas, o que se explica pela natureza do acontecimento, no seu conjunto é mais notória a presença masculina. Além disso, as promotoras do evento não surgem como fontes explícitas de informação e a sua voz ativa, em discurso direto, é reduzida.

Algo semelhante se verifica na cobertura fotojornalística, uma vez que a maioria das fotografias apresenta as deputadas como figuras principais, no entanto, como vimos, o tratamento reforçou não os valores profissionais e políticos, mas as representações típicas da esfera privada.
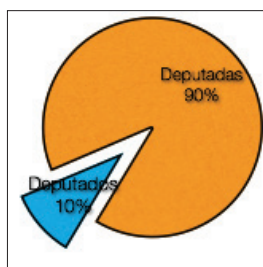
Figura 11. Atores principais nas fotografias, por gênero de deputados/as

De fato, mesmo quando o tema central da notícia é o Parlamento Paritário, o foco dos atores desloca-se para o setor masculino e, sobretudo para a notoriedade dos homens parlamentares que tinham sido convidados.

Um outro aspecto que foi muito explorado nas peças relaciona-se com as divergências entre atores sobre a iniciativa: os partidos políticos e os seus atores não tiveram uma adesão idêntica em relação

ao Parlamento Paritário. O Partido Socialista foi o mais entusiasta desta iniciativa. Guterres, o Secretário-Geral e, na altura líder da oposição, esteve presente nos dois dias e apresentou propostas, nomeadamente a que viria a provocar maior polêmica, as quotas. Curiosamente, Guterres não mereceu qualquer destaque fotográfico, embora a sua intervenção nas sessões tenha sido objeto da atenção dos textos.

O PSD teve uma atuação esquiva e houve mesmo alguns deputados que criticaram violentamente a iniciativa. Pacheco Pereira considerou a iniciativa "ridícula"; Rui Gomes da Silva fez constar que era um "um homem difícil", favorecendo o enfoque adotado pelos/as jornalistas. Muitos outros deputados iam porque era "chato não ir" e esta foi a ideia de Duarte Lima. Outros consideravam singularmente: "Apoiar as mulheres, com certeza. Mas não concordo muito com a maneira como isto foi feito", afirma Narana Coissoró, do CDS.

Pacheco Pereira é absolutamente contrário às "discriminações positivas". Maria Belo, a este propósito argumentou que é pelas "quotas para as mulheres, como pelos fundos comunitários para Portugal", nas raras vezes em que a sua voz é citada. Por seu turno António Capucho defende a iniciativa "para que as mulheres portuguesas ganhem nos centros de decisão a representatividade que têm na sociedade". Cavaco apoia e manda Marques Mendes. Soares oferece um jantar (DIÁRIO DE NOTÍCIAS; PÚBLICO; CORREIO DA MANHÃ; INDEPENDENTE). Manuela Ferreira Leite foi a única governante feminina convidada e não esteve presente.

Estas vozes divergentes dos poderes instituídos ajudam a compreender os valores que foram mobilizados na abordagem deste assunto.

Conclusões

Em pleno cavaquismo, o "Parlamento Paritário" foi o mais importante acontecimento de "gênero" promovido pelas deputadas mas, ainda assim, não por iniciativa das deputadas do Parlamento Português, mas, sim, de três Eurodeputadas de três partidos diferentes.

A defesa da paridade, para ter efeitos na sociedade, necessitava de passar para além das paredes da Assembleia e os meios de comunicação eram o veículo necessário à difusão do assunto.

O acontecimento, neste caso o Parlamento Paritário, é preparado por três promotoras que têm a intenção de realizar a iniciativa e transpô-la para o campo dos *media*. Este acontecimento pode sem dúvida enquadrar-se no que Boorstin (1961; 1971) definiu como pseudoacontecimento. Este tipo de acontecimento naturaliza-se ao ponto de ser confundido com acontecimentos de rotina.

Boorstin (1961; 1971) sublinha que não são só os promotores que necessitam do campo dos *media* para tornar visível as suas iniciativas. O campo dos *media* também necessita constantemente da matéria-prima para confeccionar notícias e encher as páginas dos jornais. Os pseudoacontecimentos moldam-se ao trabalho dos jornalistas, comportam maior dramaticidade, proporcionam uma maior problematização, são mais inteligíveis e dinâmicos e socializam-se mais facilmente.

Não restam dúvidas: a imprensa interessou-se pelo assunto, tratou o tema em diversas peças, em alguns casos mobilizou mesmo assuntos afins de forma a completar o tema central e a fornecer ao leitor mais elementos. Vários fotojornalistas foram enviados e todos os jornais apresentaram uma cobertura fotográfica significativa em termos de destaque e número de imagens publicadas. Até aqui podemos afirmar que este evento tinha o formato adequado a uma boa cobertura mediática. De resto, as promotoras tiveram em conta os ingredientes necessários para atrair a imprensa. Os valores ligados à espetacularização, elencados por Boorstin, estiveram presentes, em especial, no fotojornalismo.

Os *media* moldam a imagem das realidades e disponibilizam aos públicos notícias que são o resultado de um complexo processo de produção. A este respeito, Tuchman defende que a notícia "não só define e redefine, constrói e reconstrói significados sociais; também define e redefine, constrói e reconstrói a maneira de fazer as coisas: os processos existentes nas instituições existentes" (TUCHMAN, 1983, p. 210).

E este não era um acontecimento qualquer. Era o Parlamento Paritário onde as deputadas defendem a igualdade de representação. A este respeito Gay Tuchman (1979, p. 531) defendia que *os media* distorcem a situação da mulher e o seu papel social e não apresentam modelos que saiam dos estereótipos habituais (mãe, família, assuntos domésticos, educação). A mesma autora notava que havia poucas mulheres nas redações e que tocar nos assuntos da libertação da mulher era desconfortável para a audiência e fugia nitidamente ao retrato simbólico, neste caso da mulher norte-americana. Mas, tal como a mesma autora defende, as jornalistas nas redações partem dos mesmos estereótipos que os jornalistas homens, como verificamos no nosso trabalho.

Trinta e quatro anos mais tarde, Swert and Hoogle (2010, p. 70) alertam para o fato de que "há mais de uma década que se tem vindo a demonstrar que as fontes noticiosas do sexo feminino recebem pouca atenção nos noticiários televisivos." No caso vertente, as promotoras tinham a notoriedade suficiente para atrair os *media*, decorrente em grande parte dos seus cargos, e simultaneamente, a temática, na agenda

política das instituições internacionais, favorecia o percurso da notícia no meio jornalístico.

Quando nos centramos na análise do enquadramento compreendemos que as deputadas não foram levadas a sério por uma parte significativa das peças jornalísticas. Lá estavam os estereótipos que empurram a mulher para a atividade doméstica, para a valorização da imagem, para o *fait divers* e para a necessidade de aparecer bem penteada, bem vestida, bem perfumada, diante da objetiva dos fotógrafos. Nem as promotoras conseguiram evitar este gênero de enquadramento.

A análise de atores permite retirar uma outra conclusão: independentemente da paridade deste parlamento, os deputados são sempre atores significativos e procurados pelos jornalistas para prestar depoimentos. Mas os jornais também evidenciam que os deputados não levaram muito a sério esta iniciativa. Em 1994 o Parlamento Português tinha 23 deputadas, como vimos, com formação acadêmica de nível superior, profissionalmente ativas, politicamente ativas: todas participam no parlamento no trabalho das Comissões e no Plenário.

Ainda assim o assunto mais polêmico foi justamente a proposta feita no segundo dia por António Guterres sugerindo que as listas para as eleições deviam incluir uma mulher em cada quatro deputados. Aqui contou, sobretudo, com a oposição do PSD e CDS; e a posição do PCP situava-se num campo intermediário que integra a situação da mulher na questão da luta de classes.

As conclusões do Parlamento Paritário foram quase esquecidas pela imprensa e consubstanciaram duas moções: "Cidadania" e "Carta para uma participação política partidária".

A consciencialização do empoderamento das mulheres, um dos objetivos lançados pela Conferência de Pequim de 1995, será uma orientação fundamental cujo significado está associado à emergência e afirmação de poder, à autonomia, à autoconfiança e responsabilização. "A situação das mulheres passou assim de uma perspectiva de vitimação, para uma de afirmação" (VICENTE, 1997, p. 12).

Na verdade, no ciclo político seguinte a situação das deputadas vai mudar, mas vão também ser tomadas medidas gerais de valorização das questões de igualdade de gênero. Voltando de novo aos argumentos substantivos sobre a situação da mulher de fato, como defende Banducci (2005): se as mulheres são excluídas da democracia a democracia falha.

NOTAS

1 O Projeto, coordenado por Ana Cabrera, é desenvolvido no seio do Centro de Investigação Media e Jornalismo (Centro Associado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa) e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

2 Na IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, em Pequim, 189 países concordaram numa plataforma de ação que estabelecia que "nenhum governo se poderá considerar democrático se não garantir às mulheres uma representação igualitária".

3 No âmbito do projeto, foi criada uma base de dados das deputadas no programa SPSS, que acompanha o período entre 1975 (Assembleia Constituinte) e 2011 (quando finda a 12.ª Legislatura), tendo como fontes de informação o Arquivo Histórico e Parlamentar da Assembleia da República, registos biográficos dos deputados, as bases de dados do Centro de Documentação do Parlamento (PLC e GODE), bem como livros de presença dos deputados nas comissões parlamentares e os Diários da Assembleia da República.

4 Como se tratam de funções sujeitas a grandes oscilações ao longo de uma legislatura, devido à rotatividade e às constantes interrupções e substituições de deputados, consideraram-se, na constituição da base de dados, todos os titulares de mandatos de deputados, independentemente do tempo em que cumpriram o respectivo mandato. Como consequência desta opção metodológica, o número de deputados considerados é sempre superior ao número total de mandatos. Por exemplo, na 6.ª Legislatura, aqui em estudo, ascendeu a 350 o número total de titulares dos 230 mandatos parlamentares.

5 Consideramos que no jornalismo não há lugar para a neutralidade e todas as notícias têm naturalmente uma intenção. No entanto, o termo aqui é usado e balançado em função do carácter evidente da intencionalidade de outros enquadramentos.

BIBLIOGRAFIA

ÁLVARES, Claúdia. Ética Feminista e a interrogação do Espaço Público Universalista. **Media & Jornalismo**, vol. 8, n. 15, p. 55-67, Outono/ Inverno, 1986.

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia**

Política, Curitiba, 24, p. 193-215, jun. 2005.

AXFORD, B.; HUGGINS, R. **News, media and politics**. London: Sage Publications, 2002.

BANDUCCI, Susan A. Women, Elections and European News. Paper prepared for presentation at the **ECPR Meetings,** 8-10 September, 2005. Budapest, Hungary.

BARKER, Chris. **Cultural studies theories and practices**. 2 ed. London: Sage publications, 2003.

BOORSTIN, D. **The Image**: Or What Happened to the American Dream? New York: Atheneum, 1961.

_______. From news-gathering to news-making: A Flood of pseudo-events. *In* SCHRAMM E ROBERTS (eds). **The Process and Effects of Mass Communication**. Urbana, Ill: Universiy of Illinois Press, 1971.

COMISSÃO DA CONDIÇÃO FEMININA. **Boletim**, n.º 1, jan. 1975. Edição do Ministério dos Assuntos Sociais.

_______. **Notícias da Comissão da Condição Feminina**, n.º 1, ago. 1986.

COOK, K. S, and WHITMEYER, J. M. Two Approaches to Social Structure: Exchange Theory and Network Analysis. **Annual Review of Sociology**, vol. 18 (1992), pp. 109-127. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2083448>. .

DAHLGREN, Peter. Cultural studies theories as a research perspective: themes and tensions. *In* CORNER, J.; SCHLESINGUER, P.; SILVERSTONE, R. (eds.). **International Media research a critical survey**. London: Routhlegue, 1997.

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, Autumn, 43, p. 51-58, 1993.

FRAIN, Maritheresa. Relações entre o Presidente e o primeiro-ministro em Portugal: 1985-1995. **Análise Social**, vol. xxx (133), p. 653-678, 1995 (4˚).

FREIRE, André; VIEGAS, José Manuel; SEICEIRA, Filipa. **Representação Política em Portugal**. Lisboa: Sextante Editora, 2009.

GROSSI, Míriam Pillar, MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: As mulheres na política. **Estudos Feministas**, 2º semestre 2001.

HERMES, Joke. Gender and media studies: no women, no cry. *In* CORNER, J.; SCHLESINGUER, P.; SILVERSTONE, R. (eds.). **International Media research a critical survey**. London: Routhlegue, 1997.

KRESS, Gunther; LEEUWEN, Theo van. **Reading images. The grammar of Visual Design**. London, Routledge, 2006.

LOBO, Marina Costa. A evolução do sistema partidário português à luz de mudanças económicas e políticas (1976-1991). **Análise Social**, vol. XXXI (139), p. 1085-1116, 1996 (5˚).

LOVENDUSKI, Joni and KARAM Azza. **Women in Parliament**: Making a Difference**. International IDEA**, Stockholm. Disponível em <http://www.idea.int>.

McCULLOCH, John E.S. Women in Parliament: Attaining the Ideal. **Australasian Parliamentary Review**, vol. 24(1), p. 122–36, autumn 2009.

MULVEY, Laura. **Visual and a other pleasures**. EUA: Indiana University Press, 1989.

NORRIS, Pippa and LOVENDUSKI, Jony. Women candidates for Parliament: transforming the Agenda? **British Journal of Political Science,** vol. 19, n. 1, p. 106-115, jan. 1989.

NUNES, João Sedas. Das entranhas do político, Das tentações da Ciência Social. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1471.pdf>.

PAGE, Benjamin I. The Mass Media as Political Actors. **Political Science and Politics**, vol. 29, n. 1, p. 20-24, mar. 1996. Published by: American Political Science Association. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/420185>.

ROSS, Karen. **Women Politicians and Malestream Media**: a Game of Two Sides. Centre for Advancement of Women in Politics School of Politics., Belfast: Queens University Belfast, 2003. Occasional paper.

SANTOS, Maria José Silva. **O Parlamento de Portugal**. Lisboa: Assembleia da República, 2002.

SCHEUFELE, Dietram. Framing as a Theory of Media Effects. **Journal of Communication**, winter 1999.

SILVEIRINHA, Maria João. **O discurso feminista e os estudos dos media**: em busca da ligação necessária, 2008. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/silveirinha-maria-joao-discurso.pdf>.

________. De como tanto mudou e como tanto ficou na mesma. **Media & Jornalismo**, vol. 8, n. 15, p. 7-11, outono/inverno, 2009.

SWERT, Knut de, and HOOGHE, Mar . When do Women get a Voice? Explaining the Presence of Female News Sources in Belgian News Broadcasts (2003-2005). **European Journal of Communication**, *25*(1), p. 69-84, 2010.

TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo**: Questões, Teorias e "Estórias". Lisboa: Vega, 1993.

TUCHMAN, G . **Making News**: A Study in the Construction of Reality. New York: The Free Press, 1978.

_______. Women's Depiction by the Mass Media. **Signs**, vol. 4, n. 3, p. 528-542, spring, 1979. Published by: The University of Chicago Press. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/3173399>.

_______**La producción de la noticia**. Estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: Gilii, **1983**.

VICENTE, Ana. **20 anos ao serviço da Igualdade.** Presidência do Conselho de Ministros. Alto-comissário para as Questões da Igualdade e da Família, Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulher. Lisboa, 1997.

VIEGAS, José Manuel Leite; FARIA, Sérgio. **As Mulheres na Política.** Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.

WALBY, Sylvia. Cidadania e transformações de gênero. *In* GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia (ed). **Políticas públicas e igualdade de gênero.** São Paulo: Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

WÄNGNERUD, Lena. Women in Parliaments: Descriptive and Substantive Representation. **The Annual Review of Political Science**, 12, p. 51–69, 2009. Disponível em <polisci.annualreviews.org>.

Ana Cabrera é doutorada em História Política e Institucional Contemporânea com tese sobre Poder, Jornais e Jornalistas no Período de Marcello Caetano; Investigadora do Centro de Investigação Media e Jornalismo, Centro Associado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Coordenadora do Projeto "Política no feminino - políticas de gênero e estratégias de visibilidade das deputadas parlamentares".

Carla Martins é mestre em Filosofia Contemporânea, Doutoranda em Ciências da Comunicação com uma tese integrada no projeto de investigação "Política no feminino - políticas de gênero e estratégias de visibilidade das deputadas parlamentares"; Membro do Centro de Investigação Media e Jornalismo; Investigadora da Entidade Reguladora para a Comunicação Social; Professora auxiliar na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias em Lisboa.

Teresa Mendes Flores é doutorada em Ciências da Comunicação com uma tese na área da cultura visual; Investigadora na História da Fotografia e do Cinema; Professora auxiliar na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias em Lisboa; Membro do Centro de Investigação Media e Jornalismo e investigadora no Projeto "Política no feminino - políticas de gênero e estratégias de visibilidade das deputadas parlamentares".